

8 de Janeiro

Cerco a 'agentes públicos e autoridades civis e militares' se mantém, diz Moraes

— Ao 'Estadão', ministro do STF afirma que investigações por ação ou omissão continuam; ele exalta 'resistência' da Corte e rechaça as críticas de advogados à condução dos processos

FAUSTO MACEDO
RAYSSA MOTTA

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes informou ontem em entrevista ao **Estadão** que, quase um ano depois da invasão e depredação das sedes dos Poderes em Brasília, em 8 de janeiro, a Corte já concluiu 30 julgamentos culminando na condenação dos primeiros acusados por atos golpistas e deve encerrar outras 29 ações penais na primeira semana de fevereiro, na volta do recesso.

Moraes é relator de todos os 1.345 processos criminais abertos na Operação Lesa Pátria para investigar radicais apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) que invadiram o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o Supremo.

Na próxima segunda-feira, governo, militares da cúpula das Forças Armadas, parlamentares e ministros dos tribunais superiores vão fazer um "ato democrático" em Brasília para marcar o primeiro ano dos ataques. Ao **Estadão**, Moraes disse que a instrução processual de todos os 232 casos mais graves denunciados pela Procuradoria-Geral da República — "aqueles em que os réus invadiram e destruíram as sedes dos Poderes" — já foi encerrada.

As investigações envolvendo autoridades e "agentes públicos", porém, seguem em curso, destacou o ministro. "A Polícia Federal e a PGR continuam investigando os financiadores, contra um deles já houve denúncia, inclusive, e também os instigadores, divulgadores e, principalmente, agentes públicos e autoridades civis e militares que participaram por ação ou omissão na tentativa de golpe de Estado e atentado contra os Poderes constituídos", afirmou Moraes. "Todos



Moraes: 'Todos os responsáveis serão processados e punidos'

os responsáveis serão processados e punidos na medida de suas culpabilidades."

ALVOS. Há quatro investigações principais em curso sobre o 8 de Janeiro. Além do inquérito 4922, o mais avançado, que mira extremistas que participaram diretamente dos atos de vandalismo, a PGR investiga financiadores da manifestação, que custearam a viagem de radicais a Brasília; "autores intelectuais" dos atos, que incitaram os manifestantes com pautas antidemocráticas e fake news nas redes sociais; e autoridades públicas que podem ter incentivado os golpistas ou falhado para impedir a invasão na Praça dos Três Poderes.

Bolsonaro é um dos investigados. A PGR avalia se ele instigou apoiadores contra as instituições e não aceitar o resultado da eleição. Um material considerado prova é o vídeo publicado pelo ex-presidente no Facebook, dois dias após as cenas de destruição em Brasília, com teorias infundadas sobre a segurança das urnas. O post foi apagado minutos depois.

Em depoimento à PF, ele afirmou que estava medicado

e queria assistir ao vídeo, não publicá-lo em seu perfil.

Um impasse na recuperação da publicação opõe a defesa ao Ministério Público. A Meta, dona do Facebook, informou ao STF que não tem meios para

"A Polícia Federal e a PGR continuam investigando os financiadores e também os instigadores e, principalmente, agentes públicos e autoridades civis e militares que participaram por ação ou omissão na tentativa de golpe de Estado"

Alexandre de Moraes
Ministro do STF

acessar publicações deletadas pelos usuários. A PGR conseguiu cópia em um site alternativo, mas a defesa de Bolsonaro alega que a prova não é válida. A palavra final cabe a Moraes.

Perto do primeiro ano dos atos em Brasília, o ministro reiterou a avaliação de que a Corte teve um papel de "resistência" no episódio. "O STF de-

monstrou a força, a coragem e a independência do Poder Judiciário brasileiro na resistência à tentativa de golpe e nos atentados antidemocráticos", disse. "A democracia é intocável e o STF não permitirá qualquer tipo de impunidade."

Para Moraes, "as instituições mostraram sua maturidade e fortaleza, defendendo a Constituição, a democracia e o estado de direito". Na avaliação do ministro, o STF agiu "com celeridade e eficiência". Foram mais de 1,3 mil prisões em flagrante, posteriormente convertidas em prisões preventivas.

'AMPLA DEFESA'. O ministro também rechaçou argumentos de advogados que alegam não terem oportunidade para fazer uma defesa completa, sem restrições. "Foram garantidos o devido processo legal e a ampla defesa", afirmou. "Todos os presos tiveram imediato acesso a um magistrado."

Ao longo de 2023, a Polícia Federal executou 22 fases da Operação Lesa Pátria, que mira golpistas que não aceitaram o resultado das urnas em 2022. O plenário do Supremo recebeu, até o momento, 1.345 denúncias criminais da PGR. Ao todo, foram 1.413 denúncias. O número pode aumentar com o avanço das investigações, sobretudo em relação aos financiadores dos atos.

Até o momento, apenas um empresário de Londrina (PR) foi acusado de custear a viagem de manifestantes a Brasília, com o pagamento de quatro ônibus fretados, mas outros estão na mira do Ministério Público. As apurações correm em sigilo.

Até aqui ocorreram 30 julgamentos com decisão condenatória pelo plenário do STF — o primeiro condenado foi Acécio Pereira, que pegou 17 anos de prisão, pena "padrão" para acu-

sados do 8 de Janeiro. Outras 29 ações penais estão em julgamento e serão concluídas na primeira semana de fevereiro.

"Os julgamentos das demais 139 ações penais pelos crimes mais graves, dos réus que invadiram e destruíram as sedes dos Poderes, serão encerrados até final de abril, com 15 ações penais pautadas todas as semanas", afirmou Moraes ao **Estadão**.

Os crimes mais graves são investigados no inquérito 4922. Os réus foram acusados formalmente pela PGR por cinco crimes — associação criminosa armada, abolição violenta do estado democrático de direito, golpe de Estado, dano qualificado pela violência e grave ameaça, com emprego de substância inflamável, contra o patrimônio da União e com considerável prejuízo para a vítima, e deterioração de patrimônio tombado, em concurso de pessoas e concurso material.

Os inquéritos vinham sendo conduzidos pelo subprocurador Carlos Frederico Santos, que entregou o cargo em dezembro, após a aprovação e posse de Paulo Gonet no comando da PGR. O novo procurador-geral pode escolher assumir as investigações em vez de delegar a coordenação dos processos do 8 de Janeiro a um auxiliar.

SEGURANÇA. Ontem, em entrevista à **Rádio Eldorado**, o ministro em exercício da Justiça, Ricardo Cappelletti, afirmou que não há "preocupação maior" sobre a segurança do ato que vai relembrar um ano do 8 de Janeiro. Ele foi questionado sobre a movimentação de bolsonaristas em direção à capital federal neste início de ano. "A segurança será reforçada, haverá monitoramento. O monitoramento está em curso", respondeu. "Até o momento, não há nada que gere preocupação maior."

● COLABOROU ALESSANDRA MONNERAT

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Pagina: 6